

Promotoria move 1.400 ações contra invasores

ALEXANDRE MENEGALE

Numa operação surpresa — sem o conhecimento da Administração de Brasília e muito menos dos comerciantes locais — a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos do Cidadão, Patrimônio Público e Meio Ambiente iniciou, na quinta-feira, o envio à Justiça de uma avalanche de ações civis públicas contra quase 1.400 estabelecimentos do Plano Piloto. Segundo os promotores, eles insistem em invadir áreas públicas de Brasília. Nas ações é também citado o próprio GDF, acusado de omissão e conivência com os fraudadores identificados.

“O levantamento será concluído até o final da próxima semana, mas à medida que mapeamos as entrequadras, as ações são enviadas às Varas de Fazenda Públicas”, revelou o promotor Vetuval Martins Vasconcelos. “Não podemos mais conviver com a fiscalização inoperante do governo que lesa a população, impedida de usufruir de seu patrimônio em detrimento de lucros dos comerciantes. Além disso, o GDF não tem poder para modificar o traçado inicial da cidade”, completou o promotor.

Grupadas por quadras, as ações definem suas vítimas. Na 201 Sul, por exemplo (protocolada dia 8 de novembro sob o número 036577), 15 locais, entre eles os restaurantes Royal Gourmet Koto, Panela Mágica e La Mama, são acusados. “Só fiz uma pérgula de madeira e coloquei um toldo”, disse, assustado, Johnny Falesic, dono do La Mama. Apanhado de surpresa como seus colegas, ele defendeu-

se da acusação. “Achei que estava legal. Em 89 apresentei uma planta ao GDF que me autorizou a obra. Que faço agora”?

Incisiva na decisão de sanear a cidade, a promotora Eunice Pereira não deixa dúvidas: “Coloque em seu jornal. Todas as entrequadras serão fiscalizadas. O levantamento será total e não haverá infrator sem punição”. A administração que se prepare; a fiscalização que hoje não atua será detectada e o descumprimento da lei, tão comum nos últimos anos, tem seus dias contados”.

César Gonçalves, presidente do Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do DF, além de assustado, mostrou-se indignado com a medida. “Não vamos ficar calados diante dessa atitude arbitrária e calamitosa. Se a Justiça acatar a liminar, e as áreas forem destruídas, mais de 50% do setor fecharão as portas. Será uma quebradeira geral”, anunciou o dirigente.

Por sua vez, Vetuval Vasconcelos discordou. “A preocupação dos comerciantes é apenas com seus lucros. A comunidade não foi consultada. A especulação imobiliária comanda a situação, e novos blocos comerciais surgem com o mesmo problema de espaços não projetados. Sem um diagnóstico do que é necessário em cada quadra, como salas amplas para bancos e restaurantes, nada será resolvido”.

É mais um round na luta entre a preservação e o desenvolvimento da capital. Entrincheirados a partir de hoje, os comerciantes prometem reagir e travar, na Justiça, a batalha a favor de seus direitos. Com a palavra os brasilienses.



Elson Soares

Os restaurantes e bares serão os mais prejudicados, pois são os principais invasores



Sebastião Pedro

A Promotoria dos Direitos do Cidadão quer acabar com as invasões de áreas públicas em Brasília